

COMPRAR NO COMÉRCIO TRADICIONAL PARA NÃO DEIXAR MORRER A(S) CIDADE(S)

18-Dez-2007

Curiosamente, Fernando Ruas acaba de se desculpar com "as leis de mercado e de estabelecimento defendidas pela União Europeia", pela proliferação de grandes superfícies no concelho de Viseu. Revelando ter mais de 10 pedidos para abertura de grandes distribuidores, o presidente da CMV, apesar de achar que "o panorama é comum ao resto do país" (na verdade, Viseu está em vias de se tornar a cidade portuguesa com a maior densidade comercial, segundo dados da Associação Comercial do Distrito), pela primeira vez questiona-se se haverá mercado para tantos empreendimentos (Diário de Viseu, de hoje) mas, Ruas não pode, agora, atirar todas as responsabilidades para cima da Direcção Regional de Economia, (como parece ter feito, de acordo com a notícia), porque a actual Lei nº 12/2004, de 30 de Março, faz depender as autorizações de instalação do parecer prévio de uma comissão presidida pelo presidente da Câmara ou um seu representante.

Fernando Ruas não só ficará nos anais de Viseu como o "exterminador implacável do pequeno comércio como também deverá ser responsabilizado pela expulsão dos moradores do centro da cidade

(e não só do centro histórico) para a periferia, pela ausência de uma estratégia urbanística e de reabilitação atempada do casco histórico, pela sujeição aos interesses imobiliários (geradores de taxas e impostos municipais), por uma política errada de mobilidade, que retirou o direito dos moradores e dos comerciantes ao estacionamento. A Rua Formosa, a Rua do Comércio e metade da Rua Direita já são tãam dois ou três moradores. Sem gente não pode haver comércio. Naquelas artérias há vida no rés-do-chão das lojas. Mas daqui a poucos anos, como já acontece hoje nas cidades do Canadá, como Toronto, inundadas de grandes superfícies, serão as lojas a ficar entaipadas.

Como disse José António Silva, presidente da Confederação do Comércio Português, numa reunião de associados da Associação Comercial do Distrito de Viseu, na passada segunda-feira, para discutir a Crise no Comércio e o seu previsível agravamento com o novo regime de licenciamento comercial e de liberalização de horários, a área comercial duplicou em relação a 2005, mas o desemprego aumentou. Portugal, que tem um poder de compra 32% abaixo da média europeia (68%), já tem um horário de abertura ao consumidor (84 horas semanais) superior à média europeia (72 horas). Só em três países europeus o comércio abre ao domingo e na Alemanha encerra até mesmo ao sábado tarde. Mas basta irmos até Espanha. Castelo Branco tem mais grandes superfícies do que Cáceres, que tem quatro ou cinco vezes mais população.

Um estudo apresentado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços, com trabalho precário nos centros comerciais da área metropolitana do Porto atinge 43% dos trabalhadores, alguns com recibos verdes e contratos a prazo há uma década, e 26,5% a descansar apenas um dia por semana (1,2% nem sequer isso), enquanto 9,5% trabalham mais do que as 40 horas semanais estipuladas por lei, havendo casos de não pagamento de horas extraordinárias. Nada que me surpreenda quando já tive oportunidade de denunciar, nesta página, há uns anos atrás, que 19 empregadas do Modelo de Viseu tiveram de recorrer a um abaixo-assinado para exigir o pagamento de horas extraordinárias.

A grande distribuição criou 4 mil empregos, em 2006, mas provocou a perda de 24 mil. Desde 2005 o saldo negativo é de 54 mil postos de trabalho extintos.

Esta é também uma questão de cidadania. Comprar no comércio tradicional não só dá vida como também contribuir para uma economia sustentável.

À À Carlos Vieira